



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140777 - PB (2021/0001263-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : RAFAEL PEREIRA TEIXEIRA (PRESO)
ADVOGADO : IVANILSON DA SILVA ALBUQUERQUE - PE033626
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAFAEL PEREIRA TEIXEIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0807489-66.2020.815.0000).

O recorrente cumpre pena de 53 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão em virtude de condenação em 9 ações penais.

Sustenta que teve sua data-base alterada por ter supostamente cometido falta disciplinar, embora não tenha sido realizado procedimento administrativo disciplinar, e tampouco audiência de justificação.

Destaca que, "mesmo sem a devida observância dos procedimentos de praxe (PAD) foi levado em consideração como data base para fins de progressão de regime e análise de benefícios o dia da suposta falta" (e-STJ fl. 5). Aduz, ainda, que a falta teria sido cometida, em tese, no dia 20/02/2015, estando, portanto, prescrita.

Requer, liminarmente e em definitivo, a anulação da decisão que reconheceu a prática da falta grave.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente